



Mundial da Infância”, na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, no período de 7 a 11 de maio de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processos nºs 08004.000478/2002-81 e 08004.000477/2002-37).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, altera a autorização de afastamento do País ao servidor PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO, Secretário de Direito Econômico, publicada no Diário Oficial da União nº 71, de 15 de abril de 2002, Seção 2, página 16, para incluir a “Reunião Conjunta entre o Comitê Técnico nº 5 - Defesa da Concorrência e o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas do MERCOSUL” e alterar o período para 7 a 11 de maio de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.002221/2002-65).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, altera a autorização de afastamento do País publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 10 de abril de 2002, seção 2, página 18, para fazer constar que o período será o de 19 a 25 de maio de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08205.000177/2002-91).

MIGUEL REALE JÚNIOR

(Of. El. nº 084sbp)

RETIFICAÇÃO

No Despacho de afastamento do País da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES ESCOBAR BRUSSI, Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, do dia 10 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial da União nº 91-E, Seção 2, página 139, onde se lê “incluindo o trânsito, com ônus limitado”, leia-se “incluindo o trânsito, com ônus”. (Processo nº 08004.000380/2001-43). (Of. El. nº 085sbp)

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÕES DE 17 DE ABRIL DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.319, de 16 de dezembro de 1964, e dando cumprimento à decisão unânime do colegiado, resolve:

Nº 8 - Art. 1º Fica constituída Comissão Especial para acompanhar as investigações do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano em Vila Velha, Espírito Santo, e, dando continuidade aos trabalhos produzidos pela Comissão Especial constituída pela Resolução nº 5/1994 - CDDPH, conhecer, apurar denúncias e sugerir medidas de coibição à criminalidade no Estado do Espírito Santo, composta pelos senhores Belisário dos Santos Júnior (relator), Percilio de Sousa Lima Neto, Humberto Pedrosa Espínola, Raquel Elias Ferreira Dodge e Orlando Fantazzini.

Art. 2º A Comissão Especial exercerá as suas atividades pelo prazo de noventa dias, prorrogável pelo tempo que for considerado útil ao exercício de suas atribuições, devendo apresentar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana informes parciais e relatório final dessas atividades.

Art. 3º A Coordenação Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Departamento de Polícia Federal prestarão à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

Nº 9 - Art. 1º Fica constituída Comissão Especial para apurar denúncias da prática de homicídios resultantes da ação de grupo ou grupos de extermínio no Estado da Bahia, composta pelos senhores Percilio de Sousa Lima Neto (relator), Maria Eliane Meneses de Farias, Romeu Olmar Klich e Flávia Cristina Piovesan.

Art. 2º A Comissão Especial exercerá as suas atividades pelo prazo de noventa dias, prorrogável pelo tempo que for considerado útil ao exercício de suas atribuições, devendo apresentar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana informes parciais e relatório final dessas atividades.

Art. 3º A Coordenação Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Departamento de Polícia Federal prestarão à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

Art. 4º Ficam destituídas a Comissão e a Subcomissão constituídas, respectivamente, pelas Resoluções de números 2/2000 - CDDPH e 5/2000 - CDDPH.

MIGUEL REALE JUNIOR

(Of. El. nº 157/2002-GM)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2002

A SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso XIV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 86, de 28 de janeiro de 2002, resolve:

Nº 138 - Exonerar PAULO CESAR PIRES FORTES PEDROZA, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, do cargo de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

Nº 139 - Nomear AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Nº 140 - Nomear ANTONIO CARLOS MESQUITA, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Chefe de Serviço, código DAS-101.1, do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

Nº 141 - Nomear DELAMAR FONTANA RAMIRES, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Chefe de Serviço, código DAS-101.1, do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

Nº 142 - Nomear DELLUIZ SIMÕES DE BRITO, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Auxiliar, código DAS-102.1, do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

Nº 143 - Nomear PAULO ROBERTO FAGUNDES, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Chefe de Serviço, código DAS-101.1, do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

Nº 144 - Nomear VILMA HELENA SANAN DOMINGOS, Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Assistente, código DAS-102.2, do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística do mencionado Departamento.

IVETE LUND VIÉGAS

(Of. El. nº 52/SE)

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de nomeação de Antonio Emídio Ferreira Neto, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 7 de subsequente, Seção 2, página 19, onde se lê: “Nº 135”, leia-se: “Nº 137”. (Of. El. nº 51/SE)

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 67 - Designar o Arquiteto JOSÉ RICARDO PACHECO - CREA nº. 10490/D - DF, representante deste Ministério, e os Senhores HILD FERNANDES DE AZEVEDO e ANTÔNIO ALBERTO SATURNO DÍNZ, representantes da Secretaria de Estado da Defesa Social, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de promover a Inspeção Técnica nas obras de Construção da Cadeia Pública de Mossoró - RN, Convênio nº 079/2000, e estando a mesma de acordo com os padrões normais e aceitáveis, emitir o respectivo TERMO DE ACEITAÇÃO, que irá compor a prestação de contas.

Nº 68 - Designar o Engenheiro EDUARDO MARTINS THOMÉ - CREA nº. 17879 - MG, representante deste Ministério, e os Senhores MATEUS ROCHA SILVEIRA e JOSÉ LINO GONÇALVES JÚNIOR, respectivamente Engenheiros, representantes da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de promover a Inspeção Técnica nas obras de Construção do Corpo da Guarda e Portaria de Segurança da Penitenciária José Maria Alkimin - Ribeirão das Neves - MG - Convênio nº 118/2001, e estando a mesma de acordo com os padrões normais e aceitáveis, emitir o respectivo TERMO DE ACEITAÇÃO, que irá compor a prestação de contas.

ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS

(Of. El. nº 1334-DEPEN)

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1, DE 7 DE MAIO DE 2002

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela portaria nº 100, de 10 de março de 1999, resolve:

Art. 1º - Constituir Grupo de Trabalho para promover a adequação dos documentos necessários à assinatura de convênios com vistas a repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Estados e Municípios.

Art. 2º - Designar os servidores Emi Kiuchi, José Luiz Souza de Moraes, Luís Mauro Gomes Ferreira, Ézio Ricardo Borghetti, Lidiane dos Santos Gimenes, Otamã Dantas Barreto, Bernadete Moreira Peçanha Cordeiro e Iara Maria da Costa Carvalho para, sob a coordenação do primeiro, comporem o Grupo.

Art. 3º - Determinar o prazo de dez dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO TUCCI

(Of. El. nº 016-SENASP)

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 90, DE 6 DE MAIO DE 2002

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve:

Designar a Drª ANGELA MARIA AMARAL DA SILVA, Defensora Pública da União, de Categoria Especial, para atuar na Defensoria Pública Regional da 5ª Região, no período de 07.05 a 06.06.2002, com atribuição administrativa/funcional.

ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA

(Of. El. nº 471/dpu)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DPRF nº 310, de 09/04/02, publicada no DOU de 11/04/02, nº 69, para excluir: “...15ºSRPRF/RN e para incluir: “...5ºSRPRF/RJ.

Na Portaria DPRF/MJ nº 321, de 27/09/99, publicada no DOU de 28/09/99, nº 186, para excluir: “... Técnico de Nível Médio...”, para incluir: “...agente administrativo...”. (Of. El. nº 161-CGDRH)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2002

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, resolve:

Nº 449 - Art.1ºConceder exoneração, a contar de 01.05.2002, ao servidor NÉLIO DE SOUZA, do cargo em comissão de Chefe do Posto Indígena Tupiniquim, código DAS 101.2, matrícula nº 6447779, da Administração Executiva Regional de Governador Valadares, para o qual fora nomeado através da Portaria nº 501/PRES/98.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 450 - Art.1ºConceder exoneração ao servidor MÁRIO DOS SANTOS, matrícula nº 6447244, do cargo de Administrador Regional, código DAS 101.3, da Administração Executiva Regional do Oiapoque, para o qual fora nomeado através da Portaria nº 431/PRES/98.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 451 - Art.1º Nomear WELTON MENDONÇA DE FARIAS, para exercer o cargo em comissão de chefe do Posto Indígena Ilha de São Pedro, código DAS-101.2, da Administração Executiva Regional de Maceió, na vaga decorrente da aplicação da Portaria nº 331/PRES/2002.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 452 - Art.1ºExonerar o servidor DARCI HAUSER, matrícula nº 1318546, do cargo em comissão de Chefe do Posto Indígena Nioaque, código DAS 101.2, da Administração Executiva Regional de Campo Grande, para o qual fora nomeado através da Portaria nº 907/PRES/2001.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.